



Bancos demitem funcionários e desrespeitam a população



E POVO QUE SE DANE - Com as demissões em massa, uma cena que se repete nas agências, como nestas unidades do Bradesco e Itaú, no bairro de Campo Grande: enormes filas e desrespeito com clientes e usuários.



O Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro realizou na última quinta-feira, dia 5 de novembro, mais um protesto contra as demissões em massa impostas pelo Bradesco. O número de homologações não para de chegar à entidade, que tem dado total apoio jurídico nos casos de dispensas irregulares, como de funcionário em licença médica e no período de pré-aposentadoria. A atividade foi realizada na agência da Rua Augusto Vasconcelos, 244, em Campo Grande, na Zona Oeste da cidade.

Os dirigentes sindicais realizaram a

tradicional “cachorrada”, com distribuição de cachorro quente para a população contra o desrespeito dos bancos para com os funcionários e os clientes. Chamou muita a atenção dos sindicalistas a superlotação do lado externo, com uma enorme fila e o Bradesco se negando atender a população. Na agência do Itaú, no mesmo bairro, a situação era idêntica. “Quanto mais demissão de trabalhadores, pior é o atendimento aos clientes. Além de sobrecarregar os bancários que continuam trabalhando nas agências é uma falta de respei-

to o que o Bradesco faz com o povo, fazendo uma filtragem para não deixar as pessoas, que tomaram chuva, utilizarem os serviços no interior das unidades. Os bancos só querem manter a fatia altamente lucrativa de grandes negócios de pessoas jurídicas e não prestar mais serviços para os mais pobres. Isto é uma discriminação inaceitável”, disse o diretor do Sindicato Geraldo Ferraz. O vereador Reimond (PT), que é bancário do Banco do Brasil, participou do evento, prestando solidariedade à categoria.



CACHORRADA - Ao fundo, o diretor do Sindicato e membro da COE (Comissão de Organização dos Empregados) do Bradesco, Leuver Ludolff distribui cachorro-quente para a população em protesto contra o Bradesco, que demite em massa



NÃO RESPEITA NINGUÉM - Geraldo Ferraz, diretor do Sindicato, criticou o desrespeito do Bradesco com a categoria e com a população. O banco não quer atender ao povo, mas somente as grandes corporações e investidores



NÃO À PRIVATIZAÇÃO - O vice-presidente do Sindicato Paulo Matileti lembrou que a privatização dos bancos públicos é um risco para o povo, pois as instituições privadas só querem lucrar e não têm responsabilidade social

PARTICIPE

Assembleia da Finep na quarta

Os funcionários da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) realizam nesta quarta-feira, dia 11 de novembro, a partir das 18 horas, a assembleia online para deliberar sobre a proposta da direção da empresa referente ao acordo coletivo de trabalho 2020/2022 e a participação nos lucros dos funcionários. É muito importante a participação dos trabalhadores desta relevante empresa pública na assembleia, especialmente numa conjuntura política em que o país está diante de ataques e esvaziamento contra a pesquisa e a inovação científica.

Edital de Assembléia Extraordinária Específica

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financeiros do Município do Rio de Janeiro, com CNPJ sob o nº 33.094.269/0001-33, situado na Av. Presidente Vargas 502/ 16º, 17º, 20º, 21º e 22º, andares Centro, Rio de Janeiro, por seu Presidente em exercício abaixo assinado, nos termos de seu Estatuto, CONVOCA todos os empregados da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP que atuam na base territorial deste sindicato, para se reunirem em Assembléia Extraordinária Específica que se realizará de forma remota/virtual no dia 11 de novembro de 2020 a partir das 18h, na forma disposta no site www.bancariosrio.org.br (página oficial do Sindicato na Internet), onde estarão disponíveis todas as informações necessárias para deliberação acerca da seguinte pauta: Discussão e deliberação sobre a proposta apresentada pela empresa para celebração de acordo coletivo de trabalho que irá reger as condições de trabalho a partir de 01 de setembro de 2020 a 31 de agosto de 2022, bem como apreciar a proposta de participação nos lucros e resultados da Empresa.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2020

Paulo Cesar Matileti
Presidente em Exercício

Bancários não podem ser demitidos durante a pandemia

A pandemia do novo coronavírus (COVID-19), infelizmente, ainda não acabou. Além das mortes e do adoecimento em massa da população, permanece ainda uma drástica redução nos postos de trabalho e a recomendação de distanciamento social.

Mesmo assim, sem se importar com esse contexto, os três principais bancos privados (Bradesco, Itaú e Santander) estão promovendo demissões de centenas de bancários.

O trabalhador-bancário demitido em tempos de pandemia deixa de usufruir de seu padrão remuneratório, perde seu plano de saúde e, ao mesmo tempo, fica impedido de ter uma reinserção rápida no mercado de trabalho.

Tais demissões se tornam ainda mais graves quando percebemos QUEM está sendo demitido e o PORQUÊ. Não é preciso uma lupa para enxergar que os bancos têm escolhido dispensar empregados que estão ou estavam doentes, são reabilitados e que já possuem, ou estão prestes a obter, a estabilidade pré-aposentadoria prevista em convenção coletiva.

O requinte de crueldade fica evidente quando lembramos que esses bancos assumiram o COMPROMISSO PÚBLICO de não realizar demissões enquanto perdurar a pandemia do



Manuela Martins
Advogada da AJS e do Sindicato

novo coronavírus (COVID-19).

Além disso, os presidentes dos bancos declararam que estavam preocupados com o “mercado”, que buscariam soluções para a crise e, principalmente que não reduziriam os postos de trabalho.

Para os investidores os bancos anunciam que pretendem “cooperar” para a solução da crise e, como informado anteriormente, apresentam compromisso de não demitir seus empregados, mas na realidade a postura é outra! É evidente o cinismo!

Por óbvio, o posicionamento dos bancos não tem passado despercebido. Nós, advogados da AJS, através de nossa atuação no Sindicato dos Bancários (SEEB-RIO), estamos ajuizando inúmeras ações buscando a reintegração de bancários.

Ao analisar os casos, os juízes declaram as demissões nulas, deferem as reintegrações ou, no mínimo, cobram o posicionamento dos bancos e agilizam os processos para que a tramitação seja mais rápida.

Recentemente, por exemplo, a Desembargadora Giselle Bondim Lopes Ribeiro decidiu pela imediata reintegração de uma bancária do Santander, com o restabelecimento do plano de saúde. A Desembargadora ponderou que a necessidade de proteção ao emprego da trabalhadora doente deve prevalecer sobre o direito que a empresa tem de demitir.

Além de reintegrar os bancários, em alguns casos, os bancos são condenados a pagar uma multa caso não cumpram a decisão judicial e a respeitar eventual estabilidade para que não promovam uma nova demissão do trabalhador.

É importante que o bancário demitido fique atento aos seus direitos e procure seu Sindicato para que, através da nossa equipe de advogados, seja providenciada a sua IMEDIATA reintegração ao trabalho, cobrando dos bancos o compromisso assumido e denunciando ao Judiciário o descaso para com os empregados que passaram anos de suas vidas trabalhando com dedicação plena e empenho.

Garanta a sua vaga no curso Paternidade Responsável

Aulas online serão ministradas nos dias 17 e 18 de novembro

Os papais bancários devem entrar em contato com a Secretaria de Políticas Sociais para participar do novo curso online de Paternidade responsável promovido pelo Sindicato. As aulas serão ministradas nos dias 17 e 18 de novembro (terça e quarta-feira, das 18h30 às 21h). A certificação é necessária para que os bancários possam desfrutar do direito à ampliação da licença pater-



nidade para 20 dias, incluído na Convenção Coletiva da categoria (CCT). A ampliação da licença paternidade foi uma conquista dos trabalhadores em 2016, durante o governo de Dilma Rousseff, garantida por toda a categoria bancária. Garanta a sua inscrição e adquira mais informações pelos telefones (21) 2103-4165 ou 2103-4170 ou através do email politicassociais@bancariosrio.org.br.

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso – Sede – Av. Pres. Vargas, 502 /17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campeste** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redator:** Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - **Diagramador:** Marco Scalzo - **Fotos:** Nando Neves - **Ilustração:** Mariano - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.:2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 0

Sindicatos cobram da Fenaban o fim da ampliação do horário de atendimento

Banco do Brasil, Itaú e Santander voltaram a atender até as 15h em meio à pandemia elevando o risco de contágio de bancários, clientes e usuários

A Contraf-CUT e os sindicatos cobram da Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) a abertura de negociação para debater a elevação do horário de atendimento nas agências bancárias para até às 15 horas. Banco do Brasil se juntou ao Itaú e ao Santander nesta medida que eleva os riscos de contágio para os bancários, clientes e usuários. Os bancos alegam que estão acatando ação judicial movida pelo Ministério Público e pelo Procon. Em março, o movimento sindical foi atendido e o horário nas unidades bancárias passou a ser até às 14h. Na época, as agências funcionavam até às 16h. “Os bancos não podem colocar os lucros acima da vida. A redução do horário de atendimento é uma importante medida de prevenção à Covid-19 que conseguimos conquistar através de negociação com as instituições financeiras. É preciso proteger a vida dos bancários, mas também de clientes e usuários”, afirma o diretor da Secretaria de Saúde do Sindicato do Rio, Gilberto Leal.

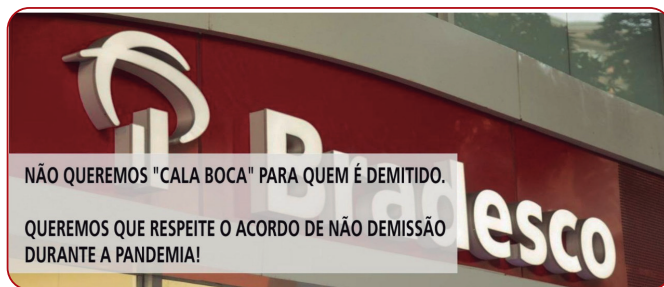


Gilberto Leal: “os bancos não podem colocar os lucros acima da vida”

Bradesco estende plano de saúde para impedir bancários de questionar demissões

O Bradesco vem descumprindo o compromisso assumido com o movimento sindical bancário, demitindo em todo o país. Para tentar limpar a sua imagem, acenou com a extensão por mais seis meses do plano de saúde. Só que, no comunicado interno, omitiu informações que, descobertas, mostraram que até isto é mais uma armadilha para fazer com que os bancários concordem e não reajam contra a demissão.

É que para que o plano seja ampliado além do fixado na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), o bancário tem que assinar a carta de demissão e fazer o exame demissional sem discordar do teor destas duas medidas. Se não fizer isto perderá o direito à prorrogação da cobertura.



CRUEL E DESUMANO

“Há também informações de que o mesmo acontece no exame demissional. Os médicos das clínicas conveniadas ao Bradesco estariam avisando aos demitidos que não farão anamnese, negando-se, ainda, a verificar exames e laudos que comprovam enfermidades, mesmo as mais graves, considerando aptos

todos os que chegam para fazer o demissional”, denuncia a diretora do Sindicato, Nanci Furtado. “O banco abriu a possibilidade de estender o plano de saúde para se safar da acusação de que está sendo cruel e desumano demitindo milhares em plena pandemia, numa atitude demagógica, não tendo informado sobre as restrições, pegando os bancários de surpresa. Há informações, também, de vários que perderam o demissional, sendo que o Bradesco se mostrou irreduzível, negando-se a remarcar”, disse.

MELHOR EMPRESA?

A sindicalista lembrou que o bancário pode não concordar com a demissão e se negar a assiná-la, transformando-se a extensão numa armadilha ardilosa. A dirigente classificou como uma piada de mau gosto, a pesquisa realizada pela revista Época que coloca o Bradesco como uma das 150 melhores empresas para se trabalhar. “Melhor em quê? Rompe acordo de não demitir na pandemia que assola o mundo inteiro para aumentar seus lucros, demite funcionários doentes, assedia moralmente, cobra metas abusivas, e ainda estende o plano de saúde para que concordem com a dispensa. Melhor em quê? Esta pesquisa seria cômica se não fosse trágica”, criticou.

Fim de rodízio eleva o risco de contágio entre funcionários do Itaú

Decisão do gerente regional do Centro é tomada no momento em que o mundo sofre a segunda onda do novo coronavírus



Alguns gestores do Itaú parecem não se importar com o bem estar e a segurança de seus funcionários. Prova disso é a decisão do gerente regional do Centro de acabar com o rodízio de funcionários nas agências em plena pandemia do Covid-19. “Enquanto a Fiocruz alerta para o risco de aumento da subnotificação dos casos pelas autoridades, em função das eleições municipais e a Europa e os EUA vivem uma segunda onda de contaminação do coronavírus, ainda mais agressiva do que a primeira, o Itaú cancela o rodízio, sob a alegação de não haver mais necessidade, o que é desmentido pela realidade de frequentes casos de novas contaminações de bancários”, alerta o diretor do Sindicato do Rio, Ronald Carvalhosa.

INJÚRIA CONTRA BANCÁRIOS

Outro argumento usado pelo gerente regional é ainda mais absurdo, pois segundo ele, os bancários estariam “aproveitando a folga proporcionada pelo rodízio para ir à praia”.

“Essa afirmação é verdadeiro escárnio com os trabalhadores e expõe a forma com que banco age com seus funcionários, ao querer determinar o que o bancário pode ou não fazer em suas horas de folga, ainda que venha a ter que compensar essas horas”, acrescenta Carvalhosa.

A própria atitude do banco de deixar a critério dos gestores a realização ou não do rodízio gera uma desigualdade de tratamento que acaba por provocar muito descontentamento entre os trabalhadores.

O Sindicato alerta que o Itaú e seus gestores serão responsabilizados por um eventual aumento no número de casos de contágio entre os bancários.

Caixa anuncia novo PDV e não faz novas contratações

Medida pode gerar caos no atendimento. Projeto de privatização do ministro Paulo Guedes pode estar por trás da redução do quadro funcional a fim de atrair investidores do mercado privado

Gabriel de Paiva/Agência O Globo

A Caixa Econômica Federal lançou na sexta-feira, dia 6 de novembro, um novo Programa de Demissão Voluntária (PDV). A adesão dos empregados passou a ser feita desde a última segunda-feira (9) e vai até o dia 20 de novembro. Os desligamentos estão previstos para acontecer de 23 de novembro a 31 de dezembro. O novo PDV tem por objetivo atender à Emenda Constitucional nº103 da Reforma da Previdência do Governo Bolsonaro e prevê adesão de mais de 7.200 empregados. “Todos nós sabemos dos graves problemas no atendimento à população na Caixa por falta de funcionários. A situação vai se agravar ainda mais, pois a direção do banco não contrata novos concursados e agora reduz ainda mais o seu quadro funcional. Além de prejudicar os clientes e usuários, mostrando que este governo não está nem aí para o povo, a política do ministro da Economia Paulo Guedes visa tornar o banco mais atrativo aos investidores



A redução de funcionários na Caixa com o novo PDV e sem a contratação de novos concursados vai tornar o atendimento à população mais precário. Objetivo do governo é privatizar o banco

do setor privado. Está evidente a intenção deste governo de privatizar a empresa, o que representaria uma tragédia. Bancos privados só querem a fatia lucrativa dos bancos públicos mas sem nenhum compromisso social. O que seria

da população mais vulnerável do país nesta pandemia sem os serviços da Caixa para o pagamento do auxílio e do FGTS Emergencial?”, questiona o vice-presidente do Sindicato dos Bancários do Rio Paulo Matileti.

EMPREGADOS DESVALORIZADOS

O sindicalista lembra ainda que a direção do banco despreza o valor do trabalho imprescindível dos empregados no atendimento à população, já que a medida vai elevar ainda mais a exploração e a sobrecarga de trabalho dos funcionários que continuam trabalhando nas unidades. “Os empregados vivem hoje jornada exaustiva e o déficit de funcionários está atualmente em torno de 17 mil bancários”, acrescenta. De acordo com a Caixa, os empregados que aderirem ao PDV receberão um incentivo financeiro equivalente a 9,5 Remunerações Base (RB). Ficaram de fora do PDV os empregados impactados pela emenda nos termos do RH 229, ou seja, os trabalhadores que se aposentaram entre 13 de novembro de 2019 e 5 de novembro de 2020 e aqueles com 75 anos ou mais.

Sim, há racismo no Brasil

No mês da Consciência Negra, bancários precisam debater racismo nos bancos

Foto: Nando Neves

Sim, no Brasil há racismo. Após décadas de hegemonia de um pensamento acadêmico e do discurso da grande mídia que ainda hoje faz apologia do mito da “democracia racial”, escondendo que a miscigenação no Brasil foi fruto da violência e do estupro de homens da elite branca contra mulheres negras e índias até a atual conjuntura política de retrocesso que tenta negar a dívida social histórica do país com a comunidade afrodescendente, mais do que nunca é preciso discutir e denunciar o racismo no país. O mercado de trabalho revela este preconceito racial e nos bancos a situação é ainda mais grave, afirma o diretor de Combate ao racismo da Contraf-CUT (Confederação Nacional dos Bancos), Almir Aguiar. “Os negros raramente estão na linha de frente do atendimento nos bancos privados e são discriminados desde o ingresso ao mercado de trabalho até a possibilidade de ascensão profissional nas empresas. A categoria precisa debater esta realidade”, explica o sindicalista.



RACISMO INSTITUCIONAL

Almir citou um caso clássico e recente do Nubank que confirma que o mercado financeiro não tem empatia com o povo negro. A declaração racista da sócia brasileira do banco digital, Cristina Junqueira, em entrevista no programa Roda Viva, na TV Cultura, em outubro deste ano, foi estardalhada. A cofundadora da empresa disse que a instituição

“não podia nivelar por baixo no momento da contratação de negros”. “Esta é uma afirmação extremamente racista e a empresária teria que responder criminalmente. Não é um caso isolado de discriminação racial, mas revela o racismo institucional que existe em nosso país e em especial nos bancos”, critica Almir, que lembrou a reação da sociedade norte-americana contra o caso da morte do ativista negro George Floyd por um

policia nos EUA. “A mobilização popular contra a morte de um negro numa sociedade explicitamente racista mexeu com o povo americano e mudou a eleição para presidente daquele país, derrotando a política reacionária, machista e racista de Donald Trump. Nós precisamos fazer o mesmo no Brasil contra esta ideologia de extrema-direita que ocupa hoje o Palácio do Planalto, onde até instituições que deveriam representar a nossa comunidade negam o racismo e combatem as políticas afirmativas”, acrescenta.

Do total de 450 mil bancários distribuídos no Brasil, apenas 24% da categoria é formada por trabalhadores negros. É o que aponta o Mapa da Diversidade da Categoria Bancária, censo realizado em 2014 pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Atendendo uma reivindicação do movimento sindical, a entidade levantou que 21% dos trabalhadores se declaravam à época pardos. E somente 3% pretos, embora, somados, os negros sejam a maioria da população no país, totalizando 56,10%.